Câmara Municipal de São Caetano do Sul

Senhor Presidente,

CÓPIA

A Dengue é considerada uma doença grave. Os sintomas são de febre, dores no corpo (musculares), dores de cabeça e nos olhos, falta de ar, manchas na pele e indisposição. Em casos mais graves pode causar hemorragias e até mesmo ocasionar a morte.

Sabemos que nosso país apresentou um aumento significativo de dengue no primeiro semestre de 2023, aonde foram quase 160 mil casos entre janeiro e fevereiro. Neste ano de 2024, o surto de dengue continua afetando nossa população levando inclusive a diversos óbitos.

O Brasil chegou a 4 milhões de casos de dengue só

em 2024. Ao todo, são 4.127.571 casos, segundo o Painel de Arboviroses do Ministério da Saúde, atualizado nesta segunda-feira, dia 29.

(https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aedes-aegypti/monitoramento-das-arboviroses).

Diante deste fato, a vacinação deveria ser uma das prioridades do governo Lula, através de rápida distribuição da vacina contra dengue, já aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Porém, infelizmente, o governo federal não demonstrou nenhum interesse em se pronunciar sobre a quantidade e forma de distribuição da vacina em nosso país.

Durante um discurso em Santos (SP), o presidente Lula, explanou somente "que todos os brasileiros e brasileiras podem ajudar a evitar a proliferação de focos do mosquito Aedes aegypti".

Na avaliação da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), apesar de uma significativa diminuição nos casos, o cenário ainda é preocupante e não é momento para descuido, pois até o dia 24 de abril de 2024, o Brasil registrou 1.792 óbitos em decorrência da dengue.

Já antes mesmo desta data, não foi à toa que veículos da mídia começaram a publicar diversas pesquisas com dados estatísticos, como por exemplo:

A CNN publicou uma "pesquisa de 26 de fevereiro de 2024, demonstrando que 87% dos brasileiros querem se vacinar contra a doença. Apenas 11% disseram que não pretendem se imunizar.

O levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa em Reputação e Imagem (IPRI) - antigo Instituto FSB - aponta que 61% da população tem medo “muito grande” (41%) ou “grande” (20%) de contrair a doença.

A pesquisa mostra que a barreira entre o braço do brasileiro e a agulha está muito mais na questão financeira do que em uma resistência ideológica promovida por movimentos antivacina, que impactou o Brasil no auge da pandemia de covid-19, que, apesar de pequeno, o grupo teve ação barulhenta.

Somente 19% dos entrevistados estariam dispostos a pagar pelo imunizante. Outros 79% não pagariam. O que demonstra a dependência da população brasileira das campanhas de vacinação promovidas pelo Sistema Único de Saúde, o SUS."

(https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-90-da-populacao-quer-se-vacinar-contra-dengue-diz-pesquisa/).

A Revista de Pesquisa da FAPESP, em sua edição de março, apresentou uma matéria onde o virologista Maurício Nogueira, da Famerp, "fala das características da epidemia atual e da necessidade de o sistema de saúde se preparar para receber os doentes e que 2024 pode se tornar o ano com maior número de casos de dengue".

(https://revistapesquisa.fapesp.br/2024-pode-se-tornar-o-ano-com-maior-numero-de-casos-de-dengue/).

Já Folha de São Paulo, em 14 de março de 2024, apresentou uma pesquisa do Data Folha onde descreve que " O desejo de se vacinar contra a Dengue é comum entre a maioria dos paulistanos independente de posicionamento político".

(https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/03/rejeicao-a-vacina-da-dengue-e-baixa-mesmo-entre-bolsonaristas-mostra-datafolha.shtml).

O Ministério da Saúde determinou no início do ano que a distribuição seria entre os Municípios com população residente igual ou superior a 100 mil habitantes considerados com alta transmissão de dengue nos últimos meses e também nos últimos dez anos devem ter prioridade no recebimento das doses de vacina contra a dengue, sendo a primeira remessa com cerca de 750 mil doses da vacina contra a doença disponibilizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) onde as primeiras doses no SUS sejam seriam aplicadas em fevereiro. O público-alvo, em 2024, até aquele momento, ficou definido erroneamente pela pasta como sendo de crianças e adolescentes de 6 a 16 anos. Entretanto, o laboratório produtor recomendava a imunização de 4 a 60 anos.

O esquema vacinal foi composto por duas doses, com intervalo de três meses entre elas. A remessa entrega passaria pelo processo de liberação da Alfândega e da Anvisa e encaminhada para o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS). Uma segunda remessa, com 570 mil doses, foi a estimativa de entrega para o mês seguinte.

Portanto, peço uma reflexão e pergunto:

- Nossa população atual é de uma média de 220.279.544, mesmo que desconsiderando as faixas etárias indicadas para tomarem a vacina, qual seria sua opinião sobre a quantidade destinadas de vacinas pelo atual governo?

Posto isto, na forma regimental, requeiro que seja ouvido o douto plenário desta Casa de Leis, e seja aprovada a presente propositura.

Sendo assim,

Câmara Municipal de São Caetano do Sul

REQUEREMOS À MESA DIRETORA, nos termos regimentais, que se digne fazer constar em Ata e nos Anais de nossos trabalhos legislativos, **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao Governo Federal e ao Ministério da Saúde pelo não pronunciamento sobre a quantidade e falta de distribuição adequada de vacinas contra dengue já autorizada pela Anvisa para todo o país, incluindo o município de São Caetano do Sul.

Plenário dos Autonomistas, 30 de abril de 2024.

AMÉRICO SCUCUGLIA JUNIOR
(*AMÉRICO SCUCUGLIA*)
VEREADOR